

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: O PROINFANTIL

Valéria Aparecida Benites de Oliveira Cabral

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, que tem por objetivo explicitar a importância das políticas de formação aos profissionais da educação infantil; e para tanto, tem como análise o Programa PROINFANTIL (Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil). Considerando que nos últimos trinta anos a educação infantil vem se constituindo como um objeto de investigação mais sistemático e evidenciando a necessidade de conhecermos e considerarmos a história da constituição das propostas educativas e da formação dos profissionais para essa etapa da Educação Básica no âmbito do Brasil, este estudo, destaca-se pela preocupação com o delineamento de processos de formação que reconheçam as crianças enquanto seres sociais com necessidades específicas. Assim é evidente que historicamente ao se reconhecer a importância sócio-política da Educação Infantil foram necessários inúmeros movimentos sociais e educacionais que buscaram discutir e participar da luta pelos direitos da criança e do adolescente alcançando, dessa maneira, mudanças que se expressam hoje em diferentes documentos legais. Desse modo, este estudo tem se pautado na análise do Programa PROINFANTIL, que é um curso, em nível médio, à distância, na modalidade normal e que destina-se aos profissionais que atuam em sala de aula da educação infantil, nas creches e pré-escolas das redes públicas conveniadas ou não sem a formação específica para o magistério. Este curso, com duração de dois anos, tem o objetivo de valorizar o magistério e oferecer condições de crescimento ao profissional que atua na educação infantil. Segundo o MEC, com material específico para a educação à distância, o curso tem a metodologia de apoio à aprendizagem em um sistema de comunicação que permite ao cursista obter informações, socializar seus conhecimentos, compartilhar e esclarecer suas dúvidas recebendo assim, uma formação consistente. Ao final do curso o cursista deverá ser capaz de dominar os instrumentos para o desempenho de suas funções e desenvolver metodologias e estratégias de intervenção pedagógicas adequadas às crianças da educação infantil (MEC, 2005). Neste sentido, a partir desses objetivos propostos, o curso nos parece trazer um compromisso e uma preocupação com a qualidade da formação e do atendimento da educação de crianças pequenas. Mas, sobretudo, enquanto políticas públicas de formação pertencente ao modelo neoliberal, as inquietações são inevitáveis: Aproposta do material pedagógico oferecido no PROINFANTIL atende aos requisitos de qualidade exigidos numa política de formação

profissional? Os investimentos financeiros previstos no Programa em parceria com a União, Estado e Município conseguem dar suporte necessário para garantir o desenvolvimento de qualidade no curso? Quais os impactos deste Programa na formação e no atendimento ao cuidado e educação da criança? Frente a estes questionamentos, temos procurado desenvolver esta investigação tendo como objeto de estudo o referido programa proposto pelo Ministério da Educação que tem como perspectiva atingir metas do PNE e assim, habilitar professores em exercício. Para desenvolver este trabalho priorizamos a construção de novos olhares sobre o processo investigativo com utilização de aportes teóricos pautados em autores como: BARBOSA (1999), CAMPOS (1989), DEMO (1994), HADDAD (2007), ROSEMBERG (1989), SILVA (1997), KRAMER (2006), OLIVEIRA (2010), KUHLMANN (1998), VIEIRA (1999) e produções científicas relacionadas aos temas infância, políticas públicas e formação profissional; além do enfoque nas mudanças substanciais que ocorreram no plano legal e que expressaram novas exigências sociais por direitos.

Com certeza, este estudo tem confirmado que o processo de expansão das unidades de Educação Infantil seguiu percursos diferenciados e marcou a dupla trajetória profissional de creches e daqueles que trabalhavam nos jardins de infância/pré-escolas, como bem descreve Vieira (1999, p.29):

Se, para as creches, o profissional requerido vinha das áreas da saúde e da assistência, para os jardins de infância o profissional era o professor. Em geral, as creches eram dirigidas por médicos ou assistentes sociais (ou irmãs de caridade), contando com “educadoras” leigas ou auxiliares, das quais eram requeridos conhecimentos nas áreas da saúde, higiene e puericultura. Nos jardins de infância eram os professores (mas sobretudo as professoras normalistas) os profissionais destinados à tarefa de educar e socializar os pequenos. É ilustrativo observar que, em Minas Gerais, as normas existentes nos anos 1920 definiam o professor para o jardim de infância e a “educadora” para a escola maternal, que também fazia parte da categoria “escola infantil”, na legislação da época. Da “educadora” exigiam a execução de funções maternas de cuidado e higiene, sendo a escola maternal destinadas aos filhos de trabalhadores. Não havia referência quanto à escolaridade dessa mulher trabalhadora.

Tal característica em si já impõe o quanto a questão formativa necessita de romper com seus desafios; uma vez que as questões históricas marcaram o conflituoso processo de escolarização das mulheres, bem como de sua inserção na carreira do magistério, sem falar, também, da influencia de alguns aspectos que envolveram o próprio conceito de identidade. Portanto, discutir e analisar o programa Proinfantil e seus impactos na formação profissional tem implicado em problematizar a temática sob a observação do atendimento de metas, da implementação de políticas públicas e da identificação de melhorias na qualidade do atendimento da criança pequena.

Palavras- chaves: Infância- Políticas de Formação – Educação Infantil

REFERÊNCIAS

KRAMER, Sonia. **A política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 8. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

KULMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.

VEIRA, F. **Supervisão: uma prática reflexiva de formação de professores**. Rio Tinto, Edições ASA, 1993.